



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005348-28.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo**  
 << Nenhuma informação disponível >>  
 Impugnante: **Luiz Jonas Pozzi de Castro e outros**  
 Impugnado: **Roca Imóveis Ltda**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação do cumprimento de sentença apresentada por **LUIZ JONAS POZZI DE CASTRO, NOELIA M. POZZI DE CASTRO, MARIA DA GRAÇA POZZI CURY, ANDRÉ LUIZ POZZI CURY, FUAD JORGE POZZI CURY, RENATA MARIA POZZI CURY** em face de **ROCA IMÓVEIS LTDA**.

Alegam, em síntese, que houve pagamento da obrigação por meio do plano de amortização legal. Posteriormente, a exequente/impugnada requereu a penhora de ativos, haja vista que não foi pago totalmente o débito. Com isso, foi bloqueado o valor de R\$ 27.386,00, porém os impugnantes alegam que há excesso, declarando como correto o valor de R\$ 17.632,32. Pedem a restituição do valor excedente.

Houve manifestação da impugnada às fls. 12/14.

Réplica às fls. 17/19.

Cálculos do contador judicial às fls. 22/30. Novos cálculos às fls. 44/49.

As partes impugnantes se manifestaram às fls. 56/57, passando em branco o prazo para a parte adversa.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

Sendo totalmente desnecessária a produção de quaisquer outras provas ou diligências, julgo o presente incidente.

Frise-se que embora não se encontre o julgador adstrito aos laudos periciais apresentados para a formação de seu convencimento, o resultado das perícias proporciona elementos técnicos preciosos para chegar-se à justa solução.

Nesse giro, torna-se imperioso reconhecer que o laudo contábil de fls. 45/49 demonstrou a existência de excesso, no valor de R\$ 9.820,25.

Sequer houver impugnação ao laudo, não havendo razão alguma para que não seja acolhido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, acolho a impugnação, a fim de declarar o excesso de R\$ 9.820,25, que poderá ser levantado pelos impugnantes/executados após o recolhimento das custas finais, conforme cálculo judicial.

O saldo remanescente será levantado pela exequente/impugnada.

Todas as guias de levantamento acima mencionadas somente serão expedidas após o trânsito em julgado dessa decisão.

Certifique-se nos autos principais o teor desse dispositivo.

De acordo com o artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil, fixo os honorários advocatícios em R\$ 500,00 ao patrono dos impugnantes.

Prossiga-se na execução.

P.R.I.

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito  
(assinado digitalmente)

São Carlos, 15 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**